

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Planalto recorre a Doria para viabilizar ‘BR do Mar’	2
Título: Navegando sem bússola	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Ordem unida	5
Título: ‘Taxa do Sol’ emperra o debate sobre fim de subsídio na conta de luz	6
Título: Revisão na cobrança de energia coloca em xeque modelo de fazendas solares	9
Título: Do jeito que está, o sol virou produto e sua venda é disfarçada.....	12
VEÍCULO: O Globo	14
Título: Jogo duro	14
Título: Indústria do petróleo voltará a contratar	14
Título: Colheita eleitoral.....	16
Título: Milícia agora rouba energia e cobra conta de luz no Rio.....	19
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	22
Título: Programa frustrado	22

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/12/2019****Seção: Política****Autor: Bruno Ribeiro****Título: Planalto recorre a Doria para viabilizar 'BR do Mar'**

Infraestrutura. Gestão Bolsonaro apela a tucano para tirar do papel programa de transporte marítimo; pedido é para reduzir a zero o ICMS do combustível para navios de cabotagem

O governo Jair Bolsonaro apelou ao governador de São Paulo, João Doria (PSDB), para tirar do papel um de seus mais ambiciosos programas de logística, o BR do Mar, que pretende dobrar a taxa de crescimento do transporte marítimo de mercadorias entre cidades brasileiras, a chamada cabotagem. Doria, porém, que tem uma série de pautas da infraestrutura que também esperam aval do governo federal, ainda não decidiu se vai acatar ou não o pedido.

O apoio viria da concordância de São Paulo em reduzir a zero a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do combustível para navios de cabotagem – o bunker –, que hoje é de 12%. Essa redução é tida como vital pelos técnicos do Ministério da Infraestrutura para o programa deslançar, uma vez que a estimativa é que cerca de 60% dos custos do frete marítimo dentro do País sejam de combustível. Doria adotou, neste ano, medida similar com as alíquotas para querosene de avião, em um programa próprio para estimular a aviação civil no interior do Estado.

Conversas semelhantes já ocorreram entre o ministério e os governos de Pará, Bahia e Rio. Mas a concordância de São Paulo, Estado com o maior parque industrial do País, é tida como determinante para o sucesso do BR do Mar, que vem sendo discutido desde julho. Havia expectativa de que o governo editasse uma Medida Provisória sobre o tema no começo deste mês. Porém, sem o acordo com Doria e após entendimentos com a Câmara, o programa será enviado ao Congresso em um projeto de lei comum, que deve tramitar em regime de urgência. O pedido sobre a isenção do ICMS pegou de surpresa os paulistas em uma reunião que Doria teve com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, em outubro. Também estavam presentes os secretários estaduais da Fazenda, Henrique Meirelles; de Logística e Transportes, João Octaviano; e o secretário nacional de Portos, Diogo Piloni.

Representantes do governo federal tocaram no assunto no fim da conversa, que tinha como tema principal pautas paulistas: a transferência do terreno do Campo de Marte para a Prefeitura de São Paulo e a autorização de uma ponte

para ligar Santos ao Guarujá, no litoral – a obra abrangeria uma área do Porto de Santos, que é federal. Doria recebeu o pedido, mas as discussões ficaram paradas na esfera política, sem descer ao nível técnico. Essa também é a situação da demanda envolvendo o Campo de Marte: a solicitação do tucano segue à espera de uma decisão do gabinete do presidente. Bolsonaro e Doria se afastaram após o governador passar a negar um alinhamento com o governo federal. Nas eleições de 2018, o paulista foi eleito em campanha associada ao então candidato do PSL e chegou a pedir votos usando o slogan “Bolsodoria”.

Programa. Piloni afirma que o transporte pela costa de contêineres já cresce ao redor de 13% ao ano. “Há espaço para crescer de duas a três vezes mais do que isso”, disse. Desde a greve dos caminhoneiros, no ano passado, a procura pela cabotagem aumentou ainda mais, segundo o setor de cargas. Mais da metade do volume transportado atualmente, porém, não é feito por navios de contêineres, e sim por navios- tanque com combustível ou derivados, sob o comando da Petrobrás. Ao todo, a cabotagem cresce cerca de 4,1% ao ano.

O BR do Mar tem mais de uma frente de ação. O Ministério da Infraestrutura precisa aumentar a frota de embarcações usadas nessa área e conseguiu que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovasse, no mês passado, a redução de 14% para zero da alíquota de importação de navios para este fim. Outro ponto é desburocratizar a fiscalização dos navios – que hoje é praticamente a mesma aplicada às embarcações de longo curso (que vêm de fora do País) e flexibilizar o afretamento de estrangeiras (a contratação de navios de fora para transportes específicos). Há ainda ações para melhoria da infraestrutura portuária do País, que estão inseridas no programa de privatizações de Bolsonaro. O conselho do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) editou, em agosto, uma resolução específica para determinar diretrizes de estímulo à cabotagem.

Por fim, há a redução de custos. E é aí que surge a discussão sobre o ICMS. “Disparadamente, o combustível é o maior custo da operação”, afirmou Piloni. “Esse é um projeto que só funciona se houver a parceria entre os entes, o governo federal e os governos estaduais. Nosso papel é mostrar a importância disso considerando uma lógica nacional”, disse. O diretor executivo da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Bruno Batista, confirma que a redução dos custos de combustível é essencial para que o programa atinja os objetivos. Ele diz que, independentemente do modal – caminhão, navio ou avião –, o combustível sempre é o insumo mais caro do frete.

A CNT esperava que a medida provisória (agora projeto de lei) do BR do Mar tivesse sido apresentada já no começo deste mês. “Talvez, esse óbice do Estado de São Paulo seja um entrave para a publicação do projeto”, argumentou Batista. As demais medidas, segundo ele, também são estímulos, mas não tão determinantes. “Na verdade, está se promovendo uma abertura de mercado.”

Por meio de sua assessoria de imprensa, o presidente do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda (Comsefaz) e secretário estadual da Fazenda do Piauí, Rafael Fontenele, disse que o tema ainda não foi discutido no órgão.

Formal. O governo Doria nega que haja relutância em atender ao pedido do governo Bolsonaro. Por nota, a Secretaria Estadual da Fazenda disse que “o governo do Estado e o governo federal concordam em incentivar o setor”, mas que “é preciso que o setor (de Transportes) protocole um pedido formal na Secretaria da Fazenda, o que ainda não foi feito”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/12/2019

Seção: Colunas

Autor: Vera Magalhães

Título: Navegando sem bússola

Na semana que passou, Donald Trump, o amigão dos Bolsonaro, anunciou a sobretaxação ao aço e ao alumínio brasileiros, nossa política ambiental foi gongada na COP-25 e vimos Eduardo Bolsonaro, que não virou embaixador, mas segue dando pitacos em política externa, voltar a pregar a transferência da Embaixada do Brasil em Israel para Jerusalém. Resumo da ópera bufa? 2019 foi um ano em que retrocedemos em política externa.

Volto ao tema que já tratei aqui pelo menos em duas ocasiões: logo no início do governo, depois que o olavismo se instalou no Itamaraty e na antessala de Jair Bolsonaro, e às vésperas do discurso do presidente na abertura da Assembleia-Geral da ONU. Nas duas ocasiões meu ponto era o mesmo: ideologização extrema e sem amparo no pragmatismo e em dados levaria nossa política externa a ser motivo de piada no exterior. E é nessa condição que chegamos ao fim do ano.

Bolsonaro tascou um “I love you” para seu colega de madeixas alaranjadas um dia depois de subir ao púlpito da ONU e mandar ver em ideologia de gênero, defesa de exploração mineral em reservas indígenas, marxismo cultural e todos os outros clichês do bolsolavismo. A declaração de amor era apenas mais uma demonstração de subserviência a Trump, depois de o filho 03 desfilar por Washington com um boné ridículo, pai, filho, chanceler e o assessor especial Filipe Martins passearem pela Casa Branca achando que eram da casa e Bolsonaro ensaiar mandar Dudu para um intercâmbio para se aprimorar na arte de fritar hambúrgueres.

Nada disso resultou em ganhos para o Brasil. O Brasil fez uma série de concessões unilaterais aos norte-americanos (na Base de Alcântara, ao abrir

mão de visto para cidadãos norte-americanos, na elevação de importação de etanol sem contrapartida), mas assistiu, em retribuição, ao governo dos EUA barrar nossa entrada mais rápida na OCDE, manter barreiras sanitárias à nossa carne e, agora, sobretaxar aço e alumínio. O caso da nossa relação com a China é emblemático, também. Em meio à guerra comercial de Trump com Pequim, os EUA pressionam para que o Brasil não adote a tecnologia chinesa do 5G.

Em entrevista na semana passada, Filipe Martins mostrou preocupação com o tema, sugerindo que há opções europeias (Nokia? Ericsson? Sério?) à comprovadamente superior tecnologia chinesa. Vamos, de novo, ser subservientes a um interesse que não é nosso? Gongado para a embaixada, Eduardo foi com o irmão Flávio para Abu Dhabi para engrossar o lobby pela transferência, à custa de rios de dinheiro público, da Fórmula-1 de São Paulo para o Rio. Detalhe: apesar da pinta de surfista e do sotaque, Dudu é deputado eleito por... São Paulo!

Em entrevista a uma emissora israelense, voltou a pregar a transferência da embaixada de Tel-Aviv para Jerusalém, uma patacoada para agradar o eleitorado e os aliados evangélicos às vésperas da criação do novo partido, a Aliança pelo Brasil, de forte inclinação neopentecostal. De novo, os interesses do País sacrificados no altar da ideologia, do obscurantismo religioso e da agenda da família Bolsonaro. O ano de 2020 será tenso no cenário externo.

As eleições nos EUA, com Trump favorito, mas pressionado pelo processo de impeachment, o desenlace imprevisível da guerra comercial com a China, o acordo União Europeia-Mercosul precisando ser chancelado e uma recessão global no horizonte exigirão do Brasil, mais do que nunca, maturidade nas negociações e fim de paixões ideológicas ou puramente paranoicas que têm norteado nossa ação diplomática. Não parece que nosso time olavete esteja minimamente equipado para dar conta do recado, como os resultados vexatórios de 2019 deixam patente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/12/2019

Seção: Colunas

Autor: Fábio Zanini (interino)

Título: Ordem unida

Painel

A iminente saída do **almirante Bento Albuquerque** do comando da pasta de Minas e Energia deve mexer no comando de Itaipu. Dos 6 diretores brasileiros, 4 são militares, nomeados por influência direta do ministro.

com Mariana Carneiro e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/12/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: 'Taxa do Sol' emperra o debate sobre fim de subsídio na conta de luz

Para empresário, nem consumidor comum, nem gerador de energia solar devem bancar subsídios; Tesouro deveria pagar diretamente

São Paulo - A startup Sun Mobi atua na chamada geração distribuída remota — produz energia solar longe do local onde é consumida. Investiu R\$ 1,5 milhão em uma usina solar em Araçoiaba da Serra (150 km de São Paulo). Atende 55 empresas e pessoas físicas, em 27 municípios.

Agora, está completando outra unidade, em Porto Feliz (118 km de São Paulo), onde investiu R\$ 4 milhões.

Segundo Guilherme Susteras, sócio da Sun Mobi, nada disso resistiria a taxaação pelo topo, proposta pela Aneel, agência do setor de energia, na revisão de tarifas da produção de energia solar.

A Aneel apresentou cinco alternativas para discussões entre participantes do setor, elevando progressivamente, da proposta 1 à 5, o rigor na cobrança de tarifas de encargos.

As isenções para a geração de energia distribuída —que na prática funcionam como subsídios indiretos— seriam reduzidas num período de 25 anos, o que permitiria a amortização dos investimentos e o seu retomo.

Susteras conta que a troca de informações estava sendo bem encaminhada no primeiro semestre, com o plano de se adotar gatilhos progressivos para incluir cobrança do uso da rede de distribuição (do fio), encargos e tributos.

De repente, conta o empresário, o discurso da Aneel mudou de rumo. A agência passou a defender a proposta mais drástica, e a discussão, então, polarizou. “A Aneel chutou a bola no mato, e aí o pessoal começou a falar nessa coisa de taxar o Sol. Instalou-se o exagero dos dois lados”, diz.

Segundo Sustera, a geração distribuída remota, de fato, usa a rede de distribuição de energia e deve pagar pelo uso do fio. “A discussão é quanto e quando”, afirma.

Para ele, o justo seria uma cobrança entre 10% e 15% da tarifa pelo uso do fio, valor bem inferior aos mais de 60% que a Aneel está defendendo na atual fase discussão (e que inclui todos os encargos)

Também considera inviável a redução do prazo de transição para o novo modelo, de 25 anos para 10 anos, como é defendido agora pela Aneel.

“Temos uma usina que vai ficar pronta em Porto Feliz na primeira semana de janeiro. O financiamento pela Desenvolve SP é de exatamente de dez anos. Então finalmente quando terminássemos de pagá-lo e chegasse a hora de fazer nosso próprio capital, não teríamos remuneração alguma.”

Susteras conta que as empresas do setor vivem de fluxo de novas vendas, como um supermercado.

O que deverá ocorrer, caso a Aneel aplica o valor máximo, é uma queda na atratividade da geração distribuída no curto e médio prazos, interrompendo o ciclo de crescimento do setor —até que o preço dos equipamentos, em constante queda, atinjam novamente um patamar viável para novos investimentos.

“O que vai acabar acontecendo é que ou só empresas muito grandes vão sobreviver ou, o que é pior, só aquelas que são ligadas às distribuidoras, que vão se bancar com verbas de eficiência energética.”

Boa parte dos especialistas que acompanham o setor critica a polarização. “Ninguém esperava que o regulador fosse tanto para o extremo, e isso foi muito mal recebido”, diz advogado Roberto Lima, sócio do escritório Cescon Barrieu.

O diretor da Aneel, Rodrigo Limp, argumenta que o regulador precisa considerar todas as variáveis —e elas são muitas na atual discussão, dada a dinâmica do setor.

A energia solar, no todo, ainda é incipiente. Representa apenas 1,2% da matriz energética brasileira. É a sétima fonte, longe dos 61% das hidrelétricas e atrás da sua maior competidora, a eólica, que fica com 8,7%.

Mas ela cresce de forma acelerada. Atualmente são instalados no país aproximadamente 300 sistemas de geração distribuída por dia útil, ou 3 megawatts diários.

Sendo assim, os custos para todo o sistema seguem na mesma velocidade de alta. No ano passado, a tarifa como um todo foi elevada em R\$ 205 milhões para cobrir as isenções para a geração solar. Se for mantida a estrutura atual, a

projeção é que em 15 anos (2020-2035) sejam repassados R\$ 55 bilhões para os demais consumidores.

A discussão, porém, trouxe à tona outra questão, antiga, mas pouco debatida: a transparência dos encargos e subsídios que estão na conta de luz.

Há uma dezena de encargos, com longas siglas. Para ficar em alguns exemplos lá estão CFURH (Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos), TFSEE (Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica), Proinfa (que sustenta energia alternativas e renováveis, incluindo solar e eólica) e CDE (Conta de Desenvolvimento Energético, onde estão boa parte de subsídios).

Todo ano, os encargos são reajustados.

“Quer dar subsídio? É importante ter energia limpa no Brasil? Isso é bom não só para o consumidor de energia elétrica, mas também para um meio ambiente melhor, uma matriz energética mais limpa? Então precisa pensar como a sociedade quer financiar isso”, diz a economista e advogada Elena Landau, especialista em energia e ex-diretora do BNDES.

Ela lembra que sobretaxar o consumidor pela tarifa de energia, seja para cobrir uma ineficiência ou para incentivar o setor, é uma prática comum no país e tem um limite.

“As pessoas nem sabem o porquê das tarifas delas estarem aumentando. Tem que parar com essa história de que tudo que você precisa é empurrado para a tarifa de energia elétrica”, afirmou.

O fundador da Sun Mobi levantou o tema no meio da atual divergência. Afirmar que não é certo empurrar tudo para conta de luz e não acha justo que a geração distribuída tenha de arcar com esse custo também.

“A conta tinha de ser paga diretamente pelo Tesouro Nacional”, afirma.

O prazo da consulta pública foi estendido. A agência irá receber sugestões até o dia 30 de dezembro. Antes, a consulta terminaria em 30 de novembro. A expectativa é que o novo modelo esteja concluído no primeiro semestre de 2020. AC

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 08/12/2019****Seção: Mercado****Autor: Arthur Cagliari, Fernanda Brigatti e Alexa Salomão****Título: Revisão na cobrança de energia coloca em xeque modelo de fazendas solares**

Condomínios que abastecem empresas como bancos, mercados e indústrias dizem que não sobrevivem

São Paulo - De um lado há quem diga que está em marcha um movimento para taxar o sol e acatar o lobby de distribuidoras que temem a concorrência da geração de energia nos telhados das casas. De outro, pede-se o fim da falta de transparência e da má-fé que empurram para a conta de luz dos brasileiros gastos que não são deles.

É assim, com polarização e polêmica, que a Aneel (agência que regula o setor de energia) está fazendo a revisão da cobrança de encargos e tributos dos produtores de energia solar, responsáveis pela chamada geração distribuída.

“É responsabilidade do regulador dar equilíbrio e transparência ao uso do sistema, e vamos avaliar todas as propostas da audiência”, afirma Rodrigo Limp, diretor da Aneel, no meio do bombardeio.

Segundo especialistas do setor, porém, no centro da discussão não estão as famílias que já colocaram ou planejam adotar placas solares nos telhados. Está em xeque um novo modelo de negócio que permitiu a expansão de pequenas fazendas de energia solar, responsáveis pelo que se batizou de geração distribuída remota —aquela que não é gerada no local do consumo, mas em terrenos que podem estar a quilômetros de distância do consumidor. Há quase 21 mil fazendas solares no país, segundo a Aneel.

Para entender o enrosco, é preciso separar os personagens e suas divergências.

Com a meta de incentivar a geração de energia pelo sol, a própria agência estabeleceu, em 2012, que o dono da casa onde fossem instalados painéis solares não pagaria encargos, subsídios e tributos pela produção, pelo consumo ou pela distribuição do excedente de energia—e não são poucos esses custos. O combo equivale amais da metade da conta de luz dos brasileiros.

Segundo a Abradee, entidade que representa as distribuidoras de energia, de cada R\$ 100 pagos pelos consumidores, as distribuidoras ficam com 18% — o resto soma encargo, tributo, custo de transmissão e de energia.

Além do uso da rede de transmissão, bancam políticas públicas, como o Luz para Todos e o diesel de térmicas que abastecem estados da Amazônia que não estão no sistema nacional.

No ano que vem, as contas de luz de todos os brasileiros vão compartilhar R\$ 20 bilhões em encargos e subsídios.

A isenção dada ao gerador solar é absorvida pela distribuidora, que, quando faz a revisão anual de custos, transfere tudo para as contas de luz dos outros consumidores.

Ocorre que a Aneel estendeu a isenção para quem instalasse os painéis solares longe de casa, com a geração remota. A ideia era beneficiar famílias que moram em apartamentos nos centros urbanos. Pela regra, elas poderiam se associar em condomínios e colocar as placas em terrenos.

Empreendedores, porém, visualizam aí um novo negócio: conseguem o terreno, montam o projeto e buscam investidores interessados em serem condôminos.

De um lado, oferecem energia limpa a um preço abaixo do da distribuidora; de outro, acertam receber fundos financeiros para a instalação da infraestrutura de produção na fazenda solar, mais uma remuneração fixa, um aluguel ou um contrato de arrendamento pelo terreno onde instalam os painéis.

Os condôminos, em sua maioria, são empresas: redes de supermercados, de farmácia, agências bancárias.

Há casos de fazendas solares que produzem para um único cliente empresarial.

A energia de geração distribuída não pode ser vendida. Quem tem autorização para operar nessa atividade só pode produzir para consumo próprio. Caso tenha excedente, injeta na rede da distribuidora com direito a crédito para ser abatido na conta de luz nos cinco anos seguintes.

Segundo dados da Aneel, há 55,5 mil pontos atendidos por geração remota com créditos.

“É balela dizer que a revisão da Aneel quer taxar o sol de quem tem placa no telhado. Reclama quem viu uma brecha na regra e criou um negócio isento de encargos e tributos”, diz Ricardo Lima, consultor que já atuou em grandes empresas e entidades do setor de energia.

Segundo Augusto Barroso, presidente da consultoria de energia PSR e ex-presidente da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), responsável pelo planejamento do setor, vários países deram incentivos brutais ao uso de energia

renovável, mas de maneira transparente. Os governos desembolsaram, não embutiram na conta de luz do cidadão.

Ele também considera um avanço positivo que empresários do sol se organizaram no Brasil, mas diz que eles precisam assumir a parte que lhes cabe nos custos.

“A chamada geração distribuída remota é um negócio 100% dependente da rede, não faz sentido não pagar pelo seu uso e fazer a conta de luz dos brasileiros assumir esse custo”, diz.

Representados pela Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), os geradores solares argumentam que não querem isenção total, mas divergem sobre o tamanho da conta que lhes cabe.

Questionam especialmente a proposta de Aneel para que o setor assuma todo o custo de transmissão do sistema interligado nacional. O argumento é que a geração distribuída remota não usa as grandes torres de transmissão, apenas a rede local da distribuidora.

Se toda a transmissão fosse repassada, o custo da geração distribuída remota teria um aumento desproporcional.

A alta ficaria entre 62% e 67%, variando de acordo com a concessionária, o que praticamente inviabilizaria a manutenção do setor, afirma o engenheiro Ricardo Costa, que representa o SOS GD, grupo que reúne a Absolar e a ABGD (Associação Brasileira de Geração Distribuída).

“A Aneel quer considerar a existência de impacto da energia cedida para a concessionária sobre todo o sistema interligado, mas isso efetivamente não ocorre”, diz Costa.

No meio dessa disputa, as distribuidoras dizem que o crescente compartilhamento dos custos de quem fica isento é uma bola de neve.

O presidente da Abradee, Marcos Madureira, conta que o setor estima gastos de R\$ 850 milhões para sustentar o sistema de energia solar neste ano. O valor refere-se ao subsídio —anão cobrança de custos da distribuição de 1,7 giga-watt de capacidade instalada.

“O custo fica inicialmente com as distribuidoras que perdem receita, mas, logo no reajustes e revisões tarifárias, há o repasse ao consumidor. Nossa preocupação é que, se você agrega mais um encargo, mais um incentivo, um subsídio, vai tornar ainda mais elevada essa conta. E é aquela coisa: quanto mais alta a conta fica, mais fácil é até para a pessoa migrar. Porque o outro diz

assim: 'Estou oferecendo um percentual elevado de desconto, porque sua conta está alta"', diz.

Madureira considera um exagero o argumento de que haverá uma quebraadeira se o gerador remoto assumir sua parte na conta. Os distribuidores calculam que o custo da instalação da geração distribuída caiu 75% desde 2012, quando veio a regulação do setor, e que o custo vai cair outros 35% nos próximos anos. Além disso, a evolução das baterias vai permitir o armazenamento da energia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/12/2019

Seção: Mercado

Autor: Paulo Pedrosa

Título: Do jeito que está, o sol virou produto e sua venda é disfarçada

Brasília - O Brasil é o país da energia, mas precisa de luz do sol sobre suas escolhas. Uma história na linha do realismo fantástico pode ilustrar o nível de irracionalidade a que chegamos, destruindo valor em nossa economia e perdendo competitividade.

Imaginemos a criação de uma nova lei: cada brasileiro, ao viajar de avião, deve levar no colo uma gaiola com um caranguejo. Por mais absurdo que possa parecer, imediatamente a economia começa a se movimentar. Basta lembrar dos kits de primeiro socorros nos automóveis, no final dos anos de 1990. Com um pouco de imaginação, seguiria o caminhar do caranguejo.

Empreendedores começariam a montar fazendas de criação de caranguejos. Fábricas, do universo popular ao fashion, criariam gaiolas para todos os gostos, de bambu ou com cristais. Surgiria uma startup, potencial unicórnio, batizada de Craber, que entregaria caranguejos nas filas de embarque e os recolheria no desembarque.

As mais diversas petições seriam apresentadas no Judiciário para equiparar siris em aquários aos benefícios das leis. E o tema ganharia a política. Estados entrariam em uma guerra de incentivos para atrair o mercado, com as mais diversas teses.

Os goiamuns de uma determinada região, azuis e sem pelos nas patas, deveriam valer mais. E barreiras deveriam ser impostas à importação de caranguejos ou gaiolas para preservar os empregos no Brasil. Em breve, universidades estariam oferecendo disputados cursos voltados para o novo mercado, e mesmo na cultura haveria um ressurgimento do movimento manguê beat.

Milhares de justificativas seriam criadas para suportar o programa, baseadas nos empregos criados, na preservação dos manguezais, e renomados consultores seriam contratados para apresentar os mais diversos estudos com as maravilhas do universo dos crustáceos.

Se a razão prevalecesse e o desconforto, os custos e os problemas de saúde pública, enfim, levassem ao cancelamento do traslado obrigatório de caranguejos, haveria uma enorme reação dos segmentos atingidos.

Brasília seria invadida por multidões usando as mais divertidas fantasias, e caranguejos seriam soltos nos salões azuis e verdes do Congresso. Milhares de memes seriam criados, slogans, repetidos em passeatas, carreatas e nas redes sociais.

De formas mais sutis essa história absurda se repete no setor de energia elétrica no Brasil. É isso o que explica o fato de sermos o país da energia barata e da conta cara. Subsídios, reservas de mercado, proteções, de forma aparente ou oculta, reforçam e replicam, com diferentes enredos, a criação de caranguejos, empobrecendo o país, enquanto enriquecem os mais espertos e ágeis que identificam a oportunidade, destruindo valor e empregos em uma escala muito maior do que os que criam, enquanto capturam seus resultados.

É esse o caso da venda (disfarçada) de geração distribuída de fazendas solares a consumidores em suas casas. Enquanto os consumidores recebem pequenos descontos nas suas contas, os vendedores entregam sua energia por um preço até seis vezes maior do que o dos leilões do governo para a energia solar.

Tudo isso é possível porque os custos do sistema, das políticas públicas na energia e dos impostos são repassados aos demais consumidores nos mais variados mecanismos. A CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que aglutina diversas inconsistências como essa, já chega a R\$ 20 bilhões por ano — e sobre elas os consumidores pagam mais R\$ 8 bilhões em impostos.

O Brasil é o país da energia renovável. São imensas as nossas possibilidades. Em nossos sistemas isolados ainda gastamos R\$ 9 bilhões ao ano com energia térmica, tão cara que, em alguns casos, valeria a pena simplesmente conectar geração solar às redes, produzindo energia de graça, para reduzir o consumo de combustíveis.

Com a redução dos custos de painéis e baterias, novas tecnologias, racionalização e modernização do setor em que o consumidor possa vender suas sobras, esse mercado de energia vai crescer imensamente, pelo caminho virtuoso. Corrigindo distorções e não criando novas, ou seja, por mérito, e não por mágica.

VEÍCULO: O Globo**Data: 08/12/2019****Seção: Colunas****Autor: Lauro Jardim****Título: Jogo duro**

As dificuldades do ministro Ramos ultrapassam os limites do Congresso. Ele tem se queixado da cintura dura de alguns colegas da Esplanada, como Tarcísio Gomes (Infraestrutura) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**. Ramos reclama que os ministros resistem em atender demandas de parlamentares, às vezes, já acertadas com o Planalto, o que conflagra o ambiente no Parlamento e dificulta a aprovação de propostas caras ao governo.

VEÍCULO: O Globo**Data: 08/12/2019****Seção: Economia****Autor: STEPHANIE TONDO****Título: Indústria do petróleo voltará a contratar**

Estimativa da Firjan é que área de exploração e produção gere 4.500 vagas no ano que vem. Quem busca retornar ao mercado ou ingressar nesse segmento deve investir em qualificação

Após cinco anos de crise, a retomada do setor de óleo e gás no Brasil já começou a gerar demanda por profissionais qualificados de níveis técnico e superior. A expectativa, segundo um estudo da Firjan, é que sejam criados 4.500 novos postos de trabalho no Estado do Rio no ano que vem, apenas na área de exploração e produção (E&P).

Já o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) estima que a atividade petrolífera nos estados produtores pode dobrar o volume de postos de trabalho em 2022, nas atividades de exploração, produção e perfuração.

A notícia é boa para quem busca retornar ao mercado ou ingressar nesse segmento, mas é preciso investir em qualificação, ressalta Karine Fragoso, gerente de Petróleo, Gás e Naval da Firjan: —Tivemos sinais fortes de recuperação desse setor em

2019, e a expectativa é que em 2020 esses sinais se fortaleçam. Temos percebido uma elevação na demanda por funcionários, mas ainda não estamos naquele momento ótimo, com mais vagas do que pessoas para empregar. Há um contingente grande de pessoas que estão fora do mercado, e os requisitos são muito elevados.

O alto grau de exigência das empresas tem como contrapartida os maiores salários do país. De acordo com o IBP, as remunerações no mercado de óleo e gás são, em média, seis vezes maiores do que em outras atividades industriais.

— O setor paga os maiores salários porque envolve atividades de alto risco, o que requer que o profissional seja muito bem capacitado. Os profissionais precisam manter suas certificações atualizadas — explica Karine.

Esse foi um dos fatores que levaram Maquicilane de Jesus Santos, de 26 anos, a procurar capacitação no setor. Desempregado há nove meses, ele usou parte da rescisão para investir em seis cursos na Firjan/Senai. Entre eles, um de mergulho raso profissional e outro de corte e solda subaquática.

— Há sete anos venho estudando sobre essa área, e este ano decidi começar a me qualificar. Dizem que ano que vem o mercado deve voltar a aquecer, e quero estar preparado para as oportunidades — conta.

Para cada novo posto de trabalho direto no mercado de petróleo, são criadas oito oportunidades no chamado efeito multiplicador, explica Karine. Isso significa que, com a recuperação do segmento no Rio, a expectativa é que também haja novas vagas abertas em empresas de logística, confecção, comércio e hotelaria, por exemplo.

Gerente de Educação Profissional da Firjan/Senai, Edson Melo conta que, em função dessa característica, o segmento também aproveita profissionais formados em cursos de outras áreas, como administração ou mecânica, por exemplo, além daqueles específicos do setor.

— Além disso, as empresas têm buscado, cada vez mais, profissionais que não sejam apenas técnicos, mas que tenham as competências comportamentais necessárias, como saber trabalhar em equipe e ter criatividade e espírito inovador. É por isso que nossos cursos também buscam desenvolver essas habilidades — afirma ele, apontando as formações Engenheiro Químico, Engenheiro Mecânico Industrial, Engenheiro de Produção, Geólogo, Administrador e Contador como as que terão maior demandado mercado.

TECNOLOGIA DE OPERAÇÕES

Presidente da Equinor Brasil, Margareth Ovrum, afirma que o país está entre as três principais áreas de operação da companhia no mundo, junto com a Noruega e os Estados Unidos, e que a empresa de energia planeja ampliar as contratações por aqui nos próximos anos.

— Vemos um crescimento significativo no Brasil. Provavelmente iremos aumentar nossa produção de três a cinco vezes até 2030. Estamos recrutando rapidamente, e um dos maiores desafios é conseguir as pessoas certas — diz a executiva.

Ela destaca que as áreas de Ciência de Dados e Tecnologia estão entre as mais demandadas.

— O futuro do setor está relacionado a nossa capacidade de mudar e inovar, de nos mantermos competitivos em um futuro de transição energética. Na Equinor, temos uma área de negócios chamada OTE (Tecnologia de Operações e Excelência, em português) que, entre outras responsabilidades, tem como objetivo o desenvolvimento de novas tecnologias, incluindo iniciativas de eficiência energética — afirma.

Além disso, Margareth aponta que a companhia tem buscado profissionais com experiência na cadeia produtiva de gás natural, em função do início da abertura desse mercado no Brasil para novos agentes.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/12/2019

Seção: O mundo

Autor: PAOLA DEORTE - Especial para O GLOBO

Título: Colheita eleitoral

Quem são os fazendeiros que fizeram Trump trair Bolsonaro

RIPPEY, EUA- Nas eleições de 2008, o condado de Greene, no estado de Iowa, escolheu Barack Obama para presidente. A votação foi apertada: uma diferença de 22 votos entre os quase 5 mil votantes. Oito anos depois, Donald Trump ganhou o condado com folga e o apoio em peso dos agricultores locais, os mesmos que agora sofrem com a queda nas exportações de soja para a China por causa da guerra comercial do presidente.

Foi a esses e também aos agricultores de outros grandes estados agrícolas, como Ohio, que Trump se referiu quando acusou o Brasil de desvalorizar sua moeda de propósito, prejudicando os fazendeiros americanos. O tuíte sugere

que Trump está disposto a arriscar alianças externas para garantir o apoio da base rural em 2020.

Greene é a terra de Tim Bardole e também do seu tataravô, que em 1901 comprou uma parte dos atuais 2.500 acres (mil hectares). Nos anos 1950, soja e milho passaram a ser os principais produtos da fazenda.

Para os Bardole, a situação ideal é que a plantação seja metade soja, metade milho. Mas a queda na demanda chinesa desde que o país impôs 25% de tarifas à soja americana fez com que tivessem que plantar cada vez mais milho: “Estamos perdendo dinheiro com a soja”.

Tim Bardole apoiou a guerra comercial de Trump. Diz que a China violava leis de propriedade intelectual e era preciso fazer algo para garantir a segurança dos EUA. Hoje, admite que ela prejudicou a rentabilidade do seu negócio, e diz que só vai poder responder se valeu a pena quando um acordo com a China for fechado. Questionado se apoiou Trump em 2016, ele não responde comum sim, mas confirma: — Eu não podia votar na Hillary Clinton.

TRAICÃO NO ETANOL

E voltará a votar em 2020? Sim, “se não aparecer nada melhor”. Tim diz que cogita votar em um democrata, mas ainda não ouviu “falar de um democrata que pudesse apoiar”. O fã do cantor country Garth Brooks tem outras reclamações do presidente que vão além da guerra comercial.

— O que o presidente Trump fez com o Padrão de Combustíveis Renováveis [RFS, na sigla em inglês], ama-neira como o governo fez promessas que não cumpriu, é isso que o está prejudicando entre os fazendeiros.

O RFS é uma lei federal que impõe quantidades mínimas de etanol de milho a serem adicionadas a combustíveis fósseis. Na campanha, Trump prometeu apoiá-la, mas depois quadruplicou o número de isenções dadas a empresas de combustíveis não renováveis, que ficaram desobrigadas de aplicar a mistura. Para os fazendeiros, entre as indústrias do etanol e do petróleo, Trump escolheu a segunda.

Comprar uma briga com outro país é justificável, mas ser abandonado pelo próprio governo “é muito, muito mais difícil de perdoar”, diz Bardole. Apesar de Trump ter distribuído bilhões de dólares para compensar as perdas com a guerra comercial, os agricultores preferem comércio a ajuda: “trade, not aid”.

A coordenadora voluntária do Partido Democrata em Greene, Chris Henning, acredita que muitos fazendeiros dizem não saber em quem vão votar porque

não gostam de admitir que erraram com Trump. Ela aposta que alguns mudem de lado em 2020.

— Eu não vejo ninguém dizer que se beneficiou da guerra comercial ou que “ah, ele foi tão bom para nós” ou “ah, ele foi tão bom para a nação”.

Iowa é um swing state, que oscila entre democratas e republicanos. Ao mesmo tempo em que elegeu e reelegeu Oba-ma, deu vitória a Trump com 51,8% dos votos. Cerca de dez dos 50 estados americanos são considerados swing states, que acabam definindo as eleições.

Maior produtor de milho e segundo maior de soja dos EUA, Iowa tem pouco mais de 3 milhões de habitantes. Mas a insatisfação rural pode se espalhar para outros estados, como Ohio, de 11 milhões de habitantes, onde Trump também venceu.

— Grande parte do voto rural vai para os republicanos, mas não tudo. Tenho vizinhos que acham que Trump mereceria ser enforcado. Então definitivamente não é 100% — diz Tim Bardole.

Como ele, outros fazendeiros concordam que os preços baixos trazem dúvidas para 2020. Jason Russell diz que a situação é frustrante.

— Não estou otimista com a possibilidade de um acordo com a China. Não planejo plantar soja em 2020. Vou plantar só milho.

ACORDO CHINÊS

Se pudesse escolher, Russell continuaria exportando soja para os chineses. Plantar milho não resolve seus problemas, já que o produto vai para o mercado do etanol, que sofre com a aplicação hesitante da RFS. A indústria do etanol se concentra em estados do Meio-Oeste que apoiaram Trump em 2016, entre eles Iowa, Indiana e Missouri.

Jason apoiou o presidente em 2016 e diz que para 2020 está “em cima do muro”. Ele acredita que há chances de um candidato democrata ganhar no estado.

Apesar da insatisfação, não é possível dizer que os fazendeiros abandonarão Trump. Uma pesquisa do Farm Journal Pulse mostra que 55% deles têm avaliação muito positiva do presidente. O número baixara para 43% em agosto, refletindo a insatisfação com a guerra comercial, mas cresceu assim que o processo de impeachment teve início. O impeachment é visto pela maioria dos republicanos como fabricado para prejudicar um presidente que os democratas não aceitam.

Um acordo comercial com a China pode ajudar o presidente no campo. Muitos fazendeiros continuam a apoiá-lo porque acreditam estarem vivendo um momento difícil que se pagará no futuro.

Eles põem a culpa das dificuldades em situações que o presidente não pode controlar, como o câmbio brasileiro, que citam frequentemente.

Tim Bardole fala com orgulho da vocação agrícola da família, mas o momento difícil o faz lembrar outras escolhas que poderia ter feito. Sua ideia inicial era estudar Ciências da Computação. Arrepende-se de ter desistido?

— Na verdade, não. Eu gosto da fazenda. Mas eu não teria US\$ 2 milhões em dívidas se fosse programador de computador.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/12/2019

Seção: Rio

Autor: RAFAEL GALDO

Título: Milícia agora rouba energia e cobra conta de luz no Rio

‘GATOS’ DA MILÍCIA

Paramilitares fazem ligações clandestinas de luz e cobram taxas de moradores

Tudo começou com as taxas de segurança. Depois, vieram os sinais piratas de TV por assinatura, o transporte ilegal de passageiros em vans e o monopólio no comércio de botijões de gás. Agora, as milícias partem para uma nova fonte de lucro: os “gatos” de luz. Em Belford Roxo, por exemplo, a Light descobriu que paramilitares instalaram uma rede de energia em um condomínio construído de forma irregular, cujos imóveis foram colocados à venda por R\$ 120 mil.

Tamanho desafio às leis é apenas um dos casos que demonstram como, no crime organizado do Estado do Rio, a busca por mais dinheiro nunca para.

Denúncias de empresas e moradores, também relatadas pelo Ministério Público (MP-RJ), apontam que milicianos vêm praticando furtos de energia sobretudo na Baixada Fluminense e na Zona Oeste. A “taxa de consumo” é incluída no aluguel de seus empreendimentos imobiliários ou mesmo imposta a toda uma região. A Light, que distribui eletricidade na capital, na Baixada e no Vale do Paraíba, calcula que deixa de arrecadar R\$ 800 milhões por ano em áreas nas quais a violência, seja da milícia ou do tráfico, a impede de entrar. Nessas regiões, 73% da energia distribuída é furtada, contra um índice de

aproximadamente 10% nas demais áreas (na média geral, o desvio chega a 17%).

Nas áreas dominadas por traficantes, diz Dalmer de Souza, diretor comercial da empresa, eventualmente é possível obter “autorização” para realizar determinados serviços, inclusive cortar “gatos”, dependendo da comunidade. Com os milicianos, frisa ele, não há conversa: — Com milicianos não se consegue acordo. Aquilo ali (os furtos de energia) é lucro certo para eles. Nessas áreas, só se vende uma marca de cerveja ou de gás. É tudo loteado, e o criminoso recebe uma mensalidade por isso. Em comunidades em que a energia não é o negócio dos milicianos, até conseguimos ir. Em outras, não. Em Curicica, por exemplo, nós não entramos ou, quando vamos, eles marcam (com pintura nos postes) onde não podemos mexer.

Dalmer lembra que na Favela Eternit, em Guadalupe, sob a tutela de uma milícia, o presidente de uma associação de moradores chegou a ser preso, acusado de receber R\$ 30 mensais por cada “gato” de energia. No condomínio irregular de Belford Roxo, ele relata que para militares construíram dezenas de casas, e as ligações clandestinas de luz foram feitas com cabos roubados da própria Light.

— Não importa o consumo, o valor da conta de luz é fixo, R\$ 50 — afirmou na semana passada um homem que atendeu no número de telefone anunciado numa placa de apartamento para alugar.

ACHA QUE TODA SEXTA-FEIRA

Situações parecidas foram relatadas à Justiça pelo MP-RJ. Numa denúncia do começo do ano, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) descreveu a atuação dos milicianos nas comunidades de Rio das Pedras, Muzema (onde dois prédios desabaram em abril) e arredores. Promotores indicaram que um grupo acusado de agiotagem e homicídios recorria a ligações clandestinas de água e energia para abastecer seus imóveis construídos ilegalmente. Numa conversa telefônica interceptada com autorização da Justiça, um miliciano informava que o aluguel de um apartamento custava R\$ 1.300. No pacote, explicava ele, “não paga luz, não paga condomínio, não paga água, não paga nada”

Investigações mostraram ainda que, onde havia relógios de medição, criminosos os registravam com nomes de “laranjas”. Além disso, o relatório do Gaeco cita uma denúncia segundo a qual “os envolvidos recolhem taxas referentes a gatonet (R\$ 50), internet (R\$ 60), gás (R\$ 90) e ‘gato’ de luz (R\$ 100)”, sempre às sextas-feiras.

O MP-RJ também identificou a ação de uma milícia em cinco condomínios do Minha Casa Minha Vida na região de Cabuçu, em Nova Iguaçu, onde o furto de energia era um dos crimes cometidos. Em conjuntos às margens da Estrada de Madureira, O GLOBO constatou, na última quarta-feira, que pequenos estabelecimentos comerciais tinham ligações clandestinas.

Em Duque de Caxias, no ano passado, uma mulher sofreu afundamento de crânio ao ser agredida por milicianos, depois de tentar regularizar sua conta de luz. Ainda na Baixada, um relatório de setembro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apontou que paramilitares embargaram a continuidade da construção de parte de uma linha de transmissão entre Taubaté (SP) e Nova Iguaçu.

A violência das milícias e do tráfico também afeta a área de concessão da Enel, distribuidora de 66 municípios fluminenses. A empresa identifica 270 áreas de risco, onde 63% da energia é furtada. São Gonçalo, Niterói, Magé, Itaboraí, Macaé e Angra dos Reis estão entre as cidades mais afetadas.

As perdas são de todos, e os consumidores pagam a conta. Segunda a Light, não fossem os furtos de energia, a tarifa poderia ser reduzida em 15%. Os prejuízos também são para o meio ambiente, uma vez que os “gatos” estimulam um consumo pouco consciente, ressalta Ângela Magalhães, superintendente de regulação da empresa. Ela conta que, com o recrudescimento da criminalidade, a situação se agravou:

— Hoje, há 700 mil pessoas nas áreas de risco que mapeamos. Mas também há cerca de 200 mil em regiões em acompanhamento, que podem passar a ser classificadas como de risco se as coisas piorarem.

Ângela ressalta que os perigos não se restringem a favelas. Ela destaca que, na Baixada, 36% do território são considerados de risco pela Light, mas só 3% foram identificados como aglomerados subnormais (favelas) pelo IBGE. Juntas, Zona Oeste, Itaguaí e Seropédica têm 31% de áreas inacessíveis à empresa, sendo que 9% são comunidades.

— São as áreas do estado em que a diferença entre esses percentuais é maior. Também são as regiões com maior atuação das milícias — diz Ângela.

A Polícia Civil afirma que a Delegacia de Repressão às Ações Criminosas e de Inquéritos Policiais (Draco-IE) investiga, sob sigilo, as milícias nessas regiões.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 08/12/2019**Seção:** Economia**Autor:** Rosana Hessel**Título:** Programa frustrado

Ao completar o 12º mês no cargo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, está longe de cumprir a promessa de arrecadar R\$ 1 trilhão com privatizações. Analistas ouvidos pelo Correio sabiam que essa meta não tinha chances de ser cumprida e lembram que o ministro subestimou os problemas que envolvem um processo de venda de estatais federais. Apontam ainda a falta um plano claro, com cronogramas e modelos mais bem definidos, e a ausência de vontade política do presidente Jair Bolsonaro e de ministros, principalmente, da ala militar, como as pedras no caminho de Guedes para privatizar “tudo o que é possível”, como passou a prometer sem falar em novos números.

Desde o início do mandato, Bolsonaro disse que joias da coroa, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras, não entrariam no programa de privatizações, jogando um balde de água fria nos planos de Guedes. A divergência de interesses e confusões na comunicação são constantes sobre o que efetivamente será privatizado. A última delas, com o Banco do Brasil, onde um processo estava em curso encabeçado pelo presidente da instituição, Rubem Novaes. Mas, depois de o presidente descartar novamente a venda do banco, o projeto foi para o fim da fila, com Caixa e Petrobras.

Guedes divide a tarefa com os **ministérios de Minas e Energia**, de Infraestrutura e com a Casa Civil. Isso desvia o foco em torno de um programa único, confundindo investidores que estão receosos sobre o que realmente vai ser colocado à venda e em que condições. “A comunicação não está coordenada. Não tem um comando, nem modelo pronto, nem cronograma. A privatização está pulverizada e o ministro da Economia não tem legitimidade para anunciar o que deve ser feito”, lamenta a economista e advogada Elena Landau, responsável pelo processo de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso. Ela conta que, na época, tinha total apoio do Conselho Nacional de Desestatização e do presidente da República.

Demora

Devido ao atraso na tramitação da reforma da Previdência, a equipe econômica buscou atuar na venda de participações acionárias, resultando em um programa de privatização menos audacioso.

Levantamento feito pela secretaria Especial de Desestatização,

Desinvestimento e Mercados, chefiada por Salim Mattar, a União participa direta ou indiretamente de 632 empresas. Atualmente, existem 204 estatais federais.

Nesse processo alternativo de venda de subsidiárias e de participações, que não precisa passar pelo Congresso, pelas contas da equipe de Mattar, foram arrecadados R\$ 100,8 bilhões neste ano. Concessões na área de infraestrutura, que foram resultados da continuidade do Programa de Investimentos e Parcerias (PPI) do governo Michel Temer, somaram R\$ 5,7 bilhões, conforme dados do Ministério da Economia. Juntos, esses projetos totalizaram R\$ 106,5 bilhões.

Privatizar demanda tempo mas, depois de um ano, um cronograma já deveria estar pronto, na avaliação de Elena Landau. “O discurso do governo é de que Bolsonaro é o presidente mais privatizante, mas não tem o que mostrar. Desestatização não é privatização”, afirma. Sérgio Lazzarini, professor de Estratégia do Insper, também tem dificuldade em mapear o programa de privatização e aponta erros no discurso do governo. “A venda de participações de estatais foi o começo mais tranquilo, mas elas também começam a emperrar. Privatização não é um processo simples. E, o governo se equivocou ao vender a privatização como uma solução para os problemas fiscais do país. O ministro Paulo Guedes diz que quer vender tudo e usa o discurso de que todas as estatais são ruins e ineficientes. Isso travou o diálogo. É preciso uma comunicação serena nesse processo”, explica.

Herança

Os avanços apontados neste ano em concessões foram projetos herdados do governo Michel Temer. “Se eu fosse dar uma nota para a privatização do governo Bolsonaro, ela seria baixinha: 4. Em infraestrutura, onde o esforço para as concessões foi maior, daria 8. Em óleo e gás, a nota seria 2, por conta da falta de estrangeiros nos leilões”, destaca Claudio Frischtak, presidente da consultoria Inter.B. Segundo ele, a falta de regras claras e medidas para garantir competitividade nos setores têm deixado o investidor estrangeiro com as barbas de molho. “O leilão do pré-sal fracassou porque o modelo de partilha não era atraente para os investidores estrangeiros, não abrindo o mercado para uma verdadeira concorrência”, afirma.

O professor de Economia do Ibmecc-SP Walter Franco reforça que ainda há muitas incertezas no país para que o capital externo se interesse pelas privatizações. Para melhorar esse quadro, “o desaparecimento de agências reguladoras visando mais independência, eficiência a fim de garantir a concorrência é fundamental”. “De forma geral, o programa de desestatização do governo avançou apenas no que foi herança do PPI e do projeto de

desinvestimentos de empresas públicas iniciados no governo Temer. Mas essa agenda, daqui para frente, terá um desafio maior, porque os projetos novos não estão maduros”, avalia Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos.

11 estatais em "estágio avançado"

O governo tem uma lista de 15 estatais no Plano Nacional de Desestatização (PND) e no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). São elas: Correios, Ceitec, Telebras, Codesp, Serpro, Dataprev, Casa da Moeda, Emgea, ABGF, Ceagesp, Ceasaminas, Nuclep, CBTU, Trensurb e Codesa. Segundo a pasta, 11 delas estão “em estágio mais avançado”, sendo CBTU, Trensurb, Codesa, ABGF, Emgea, Ceasaminas, Ceagesp, Casa da Moeda, Dataprev, Serpro e Nuclep.

Dentro do Ministério da Economia, técnicos informam que o objetivo é vender todas, o mais rapidamente possível, mas especialistas criticam o fato de várias empresas que seriam mais atraentes ficarem de fora da lista. É o caso da Infraero, que está sob o chapéu da Infraestrutura. O ministro da pasta, Tarcísio de Freitas, estuda uma fusão da companhia com Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e a Valec, duas estatais dependentes do Tesouro Nacional que, na avaliação de analistas, já deveriam ter sido vendidas ou desativadas. Para eles, essa proposta vai na contramão do discurso inicial do governo que, para piorar, criou mais uma estatal, a NAV Brasil, que só faria sentido se o processo de privatização da Infraero já estivesse em curso, a fim de garantir a segurança nacional do controle aéreo.

Existem 18 empresas dependentes, custando quase R\$ 20 bilhões para os cofres públicos por ano, porque não geram receita suficiente para cobrir as despesas, das quais salários representam quase 90% dos repasses da União.

Nem a privatização da Eletrobras, que tem projeto de lei para a sua capitalização no Congresso desde o governo Michel Temer, a atual gestão conseguiu avançar, lembram os analistas. O Ministério da Economia evita comentar o assunto e informa que essa questão é de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia. “Falta traquejo político e vontade de vender a estatal, que passa por dificuldades financeiras”, avalia Claudio Frischtak, da Inter.B. Zeina Latif, da XP, também sente falta de empenho do governo nessa questão. “Não vemos a Eletrobras entre as prioridades do governo, que ainda precisa gastar energia com o ajuste fiscal em curso”, afirma a economista.

Walter Franco, professor de Economia do Ibmec-SP com mestrado na Universidade de Londres na área, reforça que os recursos da privatização não podem ser destinados para gastos correntes, como salários e aposentadorias.

“O governo tem que ter muito claro qual é o objetivo para a privatização. Normalmente, existem três, do ponto de vista conceitual: abater dívida pública, busca de eficiência e produtividade e redução da presença do Estado na economia sem comprometer a qualidade dos serviços”, explica. “Na prática, contudo, é preciso um modelo de regulação do setor privatizado que garanta benefícios à sociedade para atrair investidores e ter o apoio da população”, acrescenta.

Especialistas também criticam a demora no avanço da privatização dos Correios. Segundo o Ministério da Economia, já existe um grupo de trabalho formado pela pasta, Ministério de Ciência e Tecnologia, PPI, BNDES e Correios, “que está estudando alternativas para a estatal”. (RH)

MME / ASCOM .